

COMO IDOSAS DO RIO GRANDE DO SUL COM PROBLEMAS FINANCEIROS LIDAM COM SUAS FINANÇAS?

¿CUÁN ANCIANOS EN RIO GRANDE SUL CON PROBLEMAS FINANCIEROS TRATAN CON SUS FINANZAS?

HOW DO ELDERLY PEOPLE FROM RIO GRANDE DO SUL WITH FINANCIAL PROBLEMS DEAL WITH THEIR FINANCES?

Natália Viega de Souza Schmitz*
nati.viega@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8143-7308>

Eduardo Danilo Schmitz*
professor.eduardods@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5989-2937>

Johannes Doll*
johannes.doll@ufrgs.br
<https://orcid.org/0000-0002-6699-0460>

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

Resumo

Percebemos no atual contexto o surgimento dos idosos como público potencial para o consumo e um cenário impulsionador do endividamento de muitos deles. Neste estudo, nosso objetivo foi analisar como idosos do Rio Grande do Sul com problemas financeiros lidam com as suas finanças. Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa e entrevistamos participantes de grupos de convivência de idosos do Sesc-RS e da FASC. Foram analisadas a partir da análise de conteúdo 10 entrevistas de mulheres idosas. Identificamos que as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro por meio de experiências com o trabalho, composição de rendas e escolhas financeiras consideradas por elas como ruins. Percebemos o endividamento como reflexo de uma realidade complexa, marcada pela desigualdade social. Diante disso, evidenciamos a necessidade de implementação de políticas públicas que criem condições necessárias para uma relação mais saudável dos idosos com as suas finanças, e ofereçam outros mecanismos de proteção contra o endividamento.

PALAVRAS CHAVE: Envelhecimento. Endividamento. Educação. Finanças.

Resumen

En el contexto actual, percibimos el surgimiento de las personas mayores como un público potencial de consumo y un escenario que impulsa el endeudamiento de muchos de ellos. En este estudio, nuestro objetivo fue analizar cómo las personas mayores en Rio Grande do Sul con problemas económicos manejan sus finanzas. Desarrollamos una investigación cualitativa y entrevistamos a participantes de grupos de personas mayores de Sesc-RS y FASC. Se analizaron diez entrevistas con mujeres mayores a partir del análisis de contenido. Identificamos que las mujeres mayores aprendieron a lidiar con el dinero a través de experiencias con el trabajo, la composición de los ingresos y las decisiones financieras que consideraban malas. Percibimos el

endeudamiento como el reflejo de una realidad compleja, marcada por la desigualdad social. Por ello, destacamos la necesidad de implementar políticas públicas que creen las condiciones necesarias para una relación más saludable entre las personas mayores y sus finanzas, y ofrezcan otros mecanismos de protección contra el endeudamiento.

Palabras Clave: Envejecimiento. Endeudamiento. Educación. Finanzas.

Abstract

We perceive in the current context the emergence of the elderly as potential consumers and a favorable scenario for the indebtedness of many of them. In this study, our objective was to analyze how elderly people in Rio Grande do Sul with financial problems deal with their finances. We developed qualitative research and interviewed participants from groups of elderly people from Sesc-RS and FASC. We used the content analysis, to analyse 10 interviews of elderly women. We identified that the elderly women learned how to deal with money through experiences such as work, income composition, and financial choices that they considered being bad. We perceive indebtedness as a reflection of a complex reality, marked by social inequality. Therefore, we highlight the need to implement public policies that create the necessary conditions for a healthier relationship between the elderly and their finances and offer other protection mechanisms against indebtedness.

KEYWORDS: Aging. Indebtedness. Education. Finances.

1. Introdução

O fenômeno mundial do envelhecimento humano é evidente. Sabemos que este é o grupo etário que mais cresce no Brasil e as projeções indicam a continuidade desse processo nas próximas décadas. Estima-se, para 2060, uma proporção de idosos equivalente a 33,7%, ou seja, para cada três pessoas na população uma terá 60 anos ou mais (IBGE, 2015). No caso do estado do Rio Grande do Sul, a população é ainda mais envelhecida do que a média do país: em 2010 os idosos representavam 13,57% da população gaúcha, chegando a 19,30% em 2020 (IBGE, 2020). Em paralelo, observamos que diversas empresas de produtos e serviços têm encontrado no idoso uma fonte para obtenção de lucro, devido, entre outros fatores, à estabilidade de seus rendimentos, advindos de aposentadorias e pensões (BUAES, 2015). O fato de os mais velhos terem uma remuneração leva-os a serem considerados como consumidores em potencial, de maneira que aqueles que possuem rendimentos maiores permanecem relativamente integrados à sociedade, já que na condição de consumidores são valorizados socialmente no sistema capitalista (BOTH; CARLOS, 2005).

Notamos na sociedade atual um forte apelo ao consumo. Há estímulos por todos os lados promovidos por meio de instrumentos midiáticos e, além disso, se faz presente a ideia de que a felicidade e a valorização pessoal estão associadas diretamente à quantidade de consumo. Dessa forma, há um consumo em demasia, que gera diferentes problemas, desde o endividamento até a exploração do meio ambiente.

Um fator relevante que compõe esse cenário fértil ao consumo e propenso ao consumismo é o crédito consignado, criado em 2003 com a medida provisória 130/2003, convertido na Lei n. 10.820/2003 (BRASIL, 2003). Trata-se de uma possibilidade de empréstimo para aposentados e pensionistas com juros mais baixos do que aqueles praticados pelo mercado financeiro tradicional e que permite o desconto diretamente na folha de pagamento.

Dados mostram que é alto o número de idosos que contratam o empréstimo consignado, sendo que a cada dez beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ao menos seis possuem

dívidas com essa modalidade de crédito (TEMÓTEO, 2017). Outro ponto que chama a atenção é que entre as pessoas que têm uma postura mais favorável ao crédito há maior tendência para o endividamento, assim como a oferta expressiva de crédito contribui para tal situação (CHIEN; DEVANEY, 2001; BORTOLUZZI et al., 2015; REYMÃO; OLIVEIRA, 2017).

Em muitos casos, o endividamento pode expressar um tipo de violência contra o idoso, a violência financeira, tanto em nível institucional, perpetrada pelo Estado, por meio da negligência no que tange à efetivação dos direitos e à proteção social dos mais velhos, como em nível familiar e social, expressando-se por abusos financeiros de diferentes ordens (MOTTA, 2014).

Além disso, os idosos fazem parte de um grupo considerado, em sua maioria, como mais vulnerável, no que diz respeito às condições de baixa escolaridade e baixa renda (IBGE, 2016). Em pesquisa recente sobre idosos no Brasil, 40% dos entrevistados referiram dificuldades na leitura e na escrita, tanto pelo analfabetismo como pela pouca escolarização formal ou mesmo o analfabetismo funcional (VENTURI et al., 2020). Quanto aos rendimentos dos idosos, é interessante notarmos que apesar de serem considerados mais estáveis e relativamente maiores do que a média da população, não são capazes de suprir todas as necessidades desse público, visto que muitos seguem trabalhando por necessidade de aumentar a renda (CNDL; SPC, 2018). Outras questões que caracterizam a situação dos idosos dizem respeito à saúde, pois apresentam risco aumentado para doenças, além dos desafios de viver em um contexto de mudanças rápidas, consideravelmente diferente daquele em que eles cresceram e aprenderam a viver. Esses aspectos ampliam as chances de abusos financeiros contra os idosos pelo mercado, com estratégias de marketing agressivas e sedutoras ou mesmo por parte de familiares.

Considerando a situação contemporânea das pessoas idosas, a inclusão dessa população no mundo do consumo, o alcance do crédito consignado e o endividamento de idosos, discutiremos neste estudo¹sobre como idosos do Rio Grande do Sul com problemas financeiros lidam com suas finanças.

2.1.1 Crédito consignado e o endividamento de idosos

Durante um longo período a velhice foi relacionada à pobreza e à doença, e os idosos eram pouco estimados no mercado de consumo. Porém, especialmente nas últimas duas décadas, observou-se uma mudança significativa quanto à imagem da velhice e à relação dos idosos com o consumo no Brasil. Em 1983, 19,1% dos idosos não recebiam nenhuma renda. Em 2003, esse índice baixou para 12% (CAMARANO, 2006). As pensões e aposentadorias constituem hoje uma fonte importante de rendimentos para os idosos, cuja situação financeira não é tão ruim se comparada à população em geral, especialmente em um mercado de trabalho precário e instável, marcado pela dificuldade de acesso, trabalho informal e altas taxas de desemprego de gerações mais jovens (DOLL, 2009). Além da aposentadoria, muitos idosos têm outra renda, seja pela continuidade da vida profissional ou pelo trabalho informal. Nesse contexto, de ampliação de renda dos idosos, foi instituída a Lei n. 14.131/2021, que atualmente permite aos aposentados e pensionistas consignar até 40%² de suas aposentadorias e/ou pensões para o pagamento de crédito.

Podemos pensar que, se por um lado essa mudança de cenário amplia o acesso à renda e facilita processos de inserção social, por outro favorece o endividamento excessivo, comprometendo os rendimentos e afetando o bem-estar dos idosos. Os bancos, com interesse em pulverizar o sistema de crédito e obter altos lucros, utilizaram-se de diferentes estratégias como telemarketing, abordagem nas

¹Este estudo faz parte da pesquisa guarda-chuva “Propensão ao endividamento de pessoas idosas no Rio Grande do Sul” que foi financiada pelo CNPq através do Edital CNPq MCTI/CNPQ/Universal 14/2014, pela FAPERGS e UFRGS através de bolsas de Iniciação Científica. O estudo também contou com o apoio do SESC/RS e da FASC.

² O percentual anterior era de 35%, conforme a Lei n. Lei n. 13.172, de 2015. A lei que vigora, sancionada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro amplia o limite de contratação até 31 de dezembro de 2021.

ruas, propagandas interpretadas por pessoas famosas, ideia do “crédito amigo”, entre outras ações de marketing que levaram o crédito consignado a uma adesão expressiva (DOLL; CAVALLAZZI, 2016).

Em estudo de caso realizado por Paula e Graeff (2014), verificou-se que a contratação de dívidas resultaria de uma força maior, representada nas palavras de um entrevistado, pela “tentação das financeiras”. Há uma série de problemas na concessão desse tipo de crédito, desde sua instituição, sendo uma de suas características a constante e numerosa mudança de regras, especialmente no início, em função da necessidade de regulamentar as práticas dos bancos para impedir crimes contra os idosos e promover maior transparência no processo. Contudo, algumas alterações aumentaram ainda mais a preocupação com o endividamento dos usuários, como o tempo máximo de pagamento do crédito e a ampliação da possibilidade de comprometimento da renda (DOLL; CAVALLAZZI, 2016).

Em relação às razões para a contratação do crédito consignado, Doll e Buaes (2008) apontam que a motivação principal é ajudar algum familiar, a segunda é fazer consertos e reformas na própria casa e a terceira motivação é pagar outras dívidas, o que parece forçar a entrada em um círculo vicioso de endividamento. De acordo com Medeiros (2015, p. 5), “um dos principais motivos para o aumento de idosos endividados está associado ao seu ganho de importância na estrutura familiar”, sendo que eles têm constituído muitas vezes a renda mais significativa em seus arranjos familiares.

A utilização de crédito consignado por idosos se dá por diferentes razões. Em pesquisa realizada por Vasconcelos (2016), constatou-se que, entre idosos participantes do Programa Municipal de Terceira Idade de Viçosa - MG, o motivador para a adesão ao consignado foi a “realização pessoal do idoso, seja para reforma de casa, pagamento de dívida, tratamento de saúde ou viagem” (VASCONCELOS, 2016, p. 137). A melhoria do ambiente doméstico teve prioridade e o auxílio aos filhos foi uma razão frequente para o contrato de empréstimos, em especial pelo gênero masculino. Assim como o pagamento de dívidas foi algo importante para o gênero feminino (VASCONCELOS, 2016).

No estudo realizado por Souza e Moretto (2014, p. 85), identificou-se que “indivíduos com diferentes níveis de escolarização adquirem o crédito” e ainda com relação à idade, foram confirmados os achados de outras pesquisas, as quais mostram que idosos com idade entre 65 e 74 anos demandam mais empréstimo consignado, se comparado aos outros idosos. A pesquisa também revelou que os idosos entrevistados eram os principais provedores financeiros de suas famílias. Além disso, para esses idosos o fato de tomar um empréstimo consignado pareceu representar uma forma de empoderamento, assim como a garantia de autonomia (SOUZA; MORETTO, 2014).

Na pesquisa de Vasconcelos (2016), 80% dos entrevistados citaram pontos que consideravam como vantajosos na aquisição do empréstimo consignado: “dinheiro rápido”, “juros menores”, “resolve o problema”, “permite adquirir bens, fazer melhorias”. Ao mesmo tempo, 20% dos idosos não perceberam qualquer ponto positivo para a contratação desta modalidade de crédito.

De acordo com estudo de Lopes et al. (2014), há casos de idosos em situação de endividamento, que comprometem sua renda e não conseguem comprar os bens básicos para sua subsistência diante do desconto mensal de parte significativa de suas rendas. Nesse sentido, a preocupação existe em relação ao comprometimento não apenas do futuro, mas também do presente, pois para pagar a prestação de um crédito, o sujeito se vê obrigado a cortar gastos pertinentes às necessidades essenciais de sobrevivência, como alimentação e medicação, por exemplo (DOLL; BUAES, 2008).

Em muitos casos se cria um ciclo vicioso que pode levar ao superendividamento, temporário ou de longo prazo, definido por Marques (2006, p. 256) como “a impossibilidade do consumidor pessoa física, leigo e de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas atuais e futuras de consumo”. Paula e Graeff (2014) pontuam que a situação de superendividamento é um drama social, tendo em vista suas repercussões, a mobilização de opiniões e os interesses em conflito, assim como determinações de marcos de transações econômicas.

Motta (2014) traz à discussão a violência financeira contra os idosos perpetrada tanto por instituições bancárias, quanto pela própria família, situações que também levam idosos ao endividamento e a problemas financeiros. A autora problematiza o assédio dos bancos, as propagandas com abordagens sentimentalistas, as fraudes, a individualização do problema do endividamento, a adesão ao crédito consignado, o abuso financeiro pela família e as falhas no papel do Estado para a proteção social dos idosos.

Percebemos o endividamento de idosos como um problema complexo e multicausal a ser analisado em seus diferentes contextos. Nessa análise é necessário evitar o estabelecimento de relações de causa e efeito unilaterais, bem como julgamentos individualizantes quanto ao fenômeno. Também se sabe que a relação com o dinheiro se inicia na infância e na juventude e que continua se construindo durante a vida. Por isso, o presente estudo considera, além das práticas atuais, a biografia financeira das participantes.

3. Procedimentos metodológicos

Para este artigo, realizamos uma pesquisa de campo qualitativa, sabendo que essa abordagem atenta a um grau de realidade não quantificável, trabalhando com um conjunto de valores, motivações, desejos, ações e crenças “[...] o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2009, p. 21-22). Dessa forma, os resultados não podem ser generalizados, considerando os aspectos subjetivos que envolvem. Contudo, os elementos encontrados podem se constituir como uma referência para pensar a respeito de questões sobre educação, envelhecimento e finanças.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista, que pode ser compreendida como uma conversa entre dois ou mais interlocutores. (MINAYO, 2009). Os dados foram analisados por meio da análise temática, uma das técnicas pertencentes à análise de conteúdo (BARDIN, 2009).

Foram coletados dados ao longo de três anos, em uma pesquisa guarda-chuva, em relação à propensão ao endividamento de idosos. O público entrevistado constituiu-se por idosos de grupos de convivência do Serviço Social do Comércio-RS (Sesc) de sete cidades do estado do RS e da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre-RS. Nas entrevistas deste estudo foram incluídos idosos que possuíam prestações em atraso sem conseguir pagar; e/ou b) tinham 30% ou mais de sua renda comprometida; e/ou c) referiram possuir dois ou mais créditos consignados.

Realizaram-se 33 entrevistas, sendo que destas 30 foram transcritas, pois com uma primeira leitura, obteve-se dez grupos de motivos diferentes para a situação de problemas financeiros citados pelos entrevistados. Entre as razões apresentadas estão: tratamento de saúde, insuficiência econômica, descontrole financeiro, reforma, crédito consignado, divórcio, viagem, ganho sazonal, falta de planejamento e viuvez. Dessa forma, optou-se pela escolha aleatória de uma entrevista pertencente a cada um dos motivos para a análise temática, sendo analisadas dez entrevistas no total, as quais em sua totalidade foram respondidas pelo sexo feminino.

Após realizada a leitura do material, identificou-se as primeiras unidades de sentido. Foram elaboradas categorias iniciais a partir das unidades, na sequência se organizou categorias intermediárias, e posteriormente ocorreu a leitura e agrupamento dessas categorias que originaram as categorias finais. Por fim, os resultados foram interpretados e analisados. A pesquisa desenvolvida foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob Parecer n. 1.388.383 e foi realizada seguindo as resoluções nº 466/12 e 510/16.

4. Análise e discussão

4.1. Como as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro

Ao analisar as manifestações das participantes do estudo, foi possível observar que a sua relação com as finanças foi construída ao longo de toda a vida. O contexto social em que nasceram e aprenderam sobre o mundo influenciou o modo como as idosas percebem o significado do dinheiro e a forma como aprenderam a lidar com as próprias finanças. Assim, no texto que segue, são analisados dois elementos que emergem e mostram como as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro, sendo eles o distanciamento da temática das finanças e as experiências com dinheiro ao longo da vida.

Inicialmente foi possível perceber que o contexto em que as idosas viviam quando jovens parece não ter sido propício para aprender sobre a utilização das finanças, chamando a atenção para o distanciamento vivenciado com relação ao tema das finanças.

Na realidade eu nunca soube quanto eu devo ao banco, o valor total, sabe, nunca entendi, mas talvez se eu perguntar eles me falem, mas não sei se eu quero saber também pra não perder todos os cabelos da cabeça, prefiro continuar com a minha cabeleira (E3).

A minha mãe e o meu pai me davam tudo né. Aí nós levamos um ano pra receber, quando veio no fim do ano foi uma bolada tão grande tão grande, eu dizia assim: eu não sei que eu vou fazer com isso aqui (E9).

[...] e disse assim: pai olha aqui que tanto dinheiro! Que que a gente vai fazer? Eu vou dar pra ti, eu disse pra ele (risos). Nunca esqueço, e ele pegou o dinheiro tudo com as borrachinhas né, os atilhos. Ele pegou e botou dentro de uma gaveta (E9).

O contexto em que as pessoas idosas aprenderam a viver é caracterizado por um menor acesso ao direito à educação. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostram que em 1960 a taxa de escolaridade média do brasileiro era de apenas dois anos e a taxa de analfabetismo chegava a 39,5%. Com a implementação de políticas educacionais e a ampliação do acesso à escola, em 1990, a taxa de escolaridade média chegou a cinco anos, sendo que a taxa de analfabetismo caiu para 20,1%. Esse mesmo relatório destacou a relação entre renda e escolaridade, mostrando que quanto mais pobre o sujeito, maior a dificuldade em acessar a escola (PNUD, 1996).

A PNAD contínua de 2018 mostra que 52,6% da população brasileira adulta com mais de 25 anos não tem o ensino médio completo. No total são 133,7 milhões de brasileiros nessa faixa etária, entre os quais 44,2 milhões não terminaram o ensino fundamental e 16,8 milhões não haviam concluído o ensino médio até 2018. Além disso, 9,2 milhões não possuem sequer instrução formal. Os dados mostram ainda que mais de 11 milhões de pessoas na faixa etária dos 15 anos não sabem ler nem escrever (PNAD, 2018).

No caso das pessoas idosas, é esperado que o índice de analfabetismo seja maior, tendo em vista o contexto de baixa escolarização no qual viveram durante a juventude. A PNAD confirma essa expectativa: entre os idosos, o analfabetismo chega a 18,6%, enquanto na população geral é de 6,8%, ou seja, é três vezes maior quando comparado às outras faixas etárias (PNAD, 2018).

Neste estudo as idosas entrevistadas apresentaram um grau de escolarização formal maior do que a média nacional, cinco delas com ensino superior completo, duas com ensino médio e três com ensino fundamental incompleto. Percebemos que a escolarização mais elevada não garantiu um melhor manejo financeiro por parte das idosas, mostrando que, neste caso, a escolarização formal não se constituiu como fator protetor contra o endividamento. Podemos ponderar também que idosos com menor escolaridade tendem a ter maiores dificuldades financeiras, seja no manejo ou mesmo na percepção de seus rendimentos.

Observamos que o distanciamento da temática das finanças pode ter sido ainda maior no caso das mulheres dessa geração, pois era comum que estivessem envolvidas com atividades domésticas que não incluíam dinheiro, o que as apartou de oportunidades para lidar com o dinheiro como, por exemplo, o pagamento de contas e o planejamento de orçamento. A participante discorre na fala a seguir sobre sua experiência de separação, contando sobre a dificuldade que enfrentou por não estar habituada a lidar com as finanças.

[...] as dívidas da gente aumentam, né. Só que quem aguentava era ele, quando a gente se divorciou tá, ficou assim, a casa ficou pra mim [...] ele é que aguentava a casa e tudo (E9).

Tão interessante, eu nunca me dei por conta disso, porque eu não manejava. Era o meu marido que manejava com dinheiro, e ele que controlava tudo (E9).

A fala da idosa nos dá a visão de um contexto cultural patriarcal muito fortalecido na sua época, em que o lugar do homem estava relacionado à provisão financeira, enquanto o papel da mulher vinculava-se aos cuidados com o lar. De acordo com Perista e Perista (2012), as construções sociais em torno da questão do gênero determinam o papel do homem e da mulher, e nesse caso, tais concepções afastaram as mulheres da temática em questão, pelo entendimento de que esse era um assunto masculino. Nesse sentido, é possível problematizarmos a situação das idosas participantes do presente estudo, quando relatam as dificuldades que enfrentaram ao longo da vida para aprender sobre finanças, já que as essas adversidades foram atravessadas também por questões de gênero.

Se as condições nas quais as idosas viveram boa parte de suas vidas foram marcadas pelo distanciamento da temática das finanças, como a aprendizagem sobre finanças pode ter ocorrido Percebeu-se que essa aprendizagem se deu por meio de diversas experiências práticas que tiveram ao longo da vida, caracterizando o segundo elemento a ser analisado nessa categoria.

Em algumas situações as idosas tiveram experiências negativas e desenvolveram atitudes que poderiam levar à perda de controle sobre a situação financeira, trazendo como exemplos ocasiões nas quais gastaram excessivamente ou não conseguiram controlar seus cartões de crédito. Podemos perceber, através de suas falas, que tais experiências propiciaram movimentos de aprendizagem sobre lidar com as finanças.

Aprendi que a gente não pode dar... depois de levar muito na cabeça, de ter vários cartões de crédito [...] ó tenho um, não tenho cartão de loja, não tenho nada. Então aprendi com isso aí e tô vivendo bem. Apertadinho, mas tô vivendo bem (E1).

[...] quando a gente tá levando tanto na cabeça começa a se dar conta que tem que manejar, que tem que diminuir (E1).

Acho que eu aprendi tanto com a dificuldade que depois a gente consegue né... consegue, com essa mentalidade sempre né, de guardar pra poder comprar depois (E6).

Um ponto a ser destacado é a mudança no mercado financeiro nos últimos tempos, que possibilitou o acesso a diferentes instrumentos para o consumo como o cartão de crédito. E1 refere ter tido “vários cartões de crédito” e nos dá a entender que acabou se desorganizando em suas finanças, talvez por não saber manejar essa ferramenta. Pode-se considerar que há 30 anos poucas pessoas tinham acesso a um cartão de crédito, que atualmente é mais popular, ainda que haja pouco conhecimento e controle acerca de sua utilização.

Observou-se nas falas anteriores a ideia de que aprendizagens foram frutos de suas experiências em situações específicas, nas quais perceberam que fizeram escolhas ruins para si mesmas, conteúdo ilustrado como “levar na cabeça”, e que se tornou um dispositivo para aprender. Os processos de aprendizagem por si só são complexos, se dão ao longo da vida, com a ocorrência de novas interações e experiências, inseridos e em relação contínua com contextos socioculturais. Entende-se a expressão “levar na cabeça” como algo novo, situação que trouxe desconforto para a entrevistada. Ao passo que tal desequilíbrio incomoda a idosa, possibilita a reflexão sobre sua situação financeira, seguindo com a fala

de que “começa a se dar conta” para uma mudança de atitude posterior. Dessa forma, “levar na cabeça” pode ser visto como disjuntura, o que nos auxilia a compreender essa experiência como um disparador do processo de aprendizagem da entrevistada (JARVIS, 2015). Esse estado de disjuntura ocorre quando

Não conseguimos mais fazer previsões sobre o nosso mundo e atuar sobre ele de forma quase sem raciocinar; é nesse momento que temos uma experiência [...] Nossa experiência pode ser transformada pelo pensamento, pela emoção ou pela ação, ou por qualquer combinação delas (JARVIS 2015, p. 815).

Assim, essas situações são potencialmente educativas, pois os problemas com os quais as pessoas não sabem lidar dão início a um processo de aprendizagem que os transforma (JARVIS, 1987; JARVIS, 2015). Nessa linha, conta-se com a contribuição de Paulo Freire (2003) para pensar que a aprendizagem ocorre nas relações e em outras experiências de vida e que o saber é construído socialmente, como a concepção freiriana do saber de experiência feito. Cabe também citar Jarvis (2009), quando menciona que a aprendizagem ocorre por processos iniciados com a experiência de circunstâncias diversas, nas quais o sujeito passa por mudanças que envolvem dimensões emocionais e cognitivas, e são incorporadas à sua história de vida.

Em outra manifestação de entrevistada foi observado que uma das vivências mais marcantes para a aprendizagem sobre finanças foi o início da vida laboral.

Meu salário de 144 foi pra 288 (risos) o que? Bah, fiquei feliz né, imagina. Então, eu sou uma pessoa de sorte (risos). E daí, assim começou minha vida com dinheiro, né, com trabalho. Depois trabalhei na prefeitura. [...] a gente recebia o dinheiro, recebia o vale pra fazer compras em mercado. Foi assim que eu comecei minha vida com dinheiro (E7).

A fala da idosa faz alusão ao trabalho como motivo que deu início à “vida com dinheiro”, isso remete à importância da atividade laboral para a dignidade das pessoas, e também como dispositivo de processos educacionais. De acordo com Antunes (2010), é por meio do trabalho que ocorre a reprodução social diária que viabiliza a existência dos seres humanos. Nessa perspectiva, a atividade de trabalho é indissociável do desenvolvimento da formação dos sujeitos, pois promove um acúmulo sócio-histórico de aquisições e realizações dos processos de trabalho que são transmitidos de geração a geração. Assim, à medida que atendem suas necessidades naturais por meio da atividade produtiva, os sujeitos também aprendem, caracterizando uma relação intrínseca entre trabalho e educação (ANTUNES, 2010).

Outra experiência que se mostrou importante na aprendizagem das idosas sobre finanças foi a composição de rendas com o cônjuge. Percebemos que para as entrevistadas esse fator representou um dos balizadores da vida financeira.

[...] começou a ajeitar a minha vida, começou a ficar melhor. Depois de casada, né? Porque até aí então era difícil, muito difícil. Aquela época era bem difícil as coisas pra gente conseguir. Depois que eu casei aí começou a estar, se estabilizar né, porque daí tinha dois salário (E6).

[...] comecei a trabalhar pra ter o meu próprio dinheiro e pedindo a Deus pra arrumar um companheiro pra me ajudar (E5).

[...] trabalhava no verão também ganhava mais e ele também né. Daí a gente pegava esse dinheirinho no inverno e tacava na casa (E4).

A respeito da composição de rendas, estudos corroboram o entendimento de que uma união conjugal pode influenciar positivamente a satisfação com a vida financeira (DINIZ, et al. 2014; SUMARWAN, 1990). O estudo de Machado e Machado (2017) mostrou que, em geral, pessoas casadas fazem o controle do dinheiro, financiamentos e dívidas em conjunto, o que pode se constituir como um fator positivo na gestão das finanças. Sob a ótica de algumas idosas entrevistadas a composição de rendas foi um marco importante para melhorar a condição financeira, visto esta que pode ter influência do contexto econômico em que tiveram seus casamentos concretizados.

Por outro lado, sabe-se que o casamento apresenta ambivalências, pois há diferentes realidades em que essa instituição se estabelece e ainda em sua maioria são permeadas pelo machismo. Percebeu-se

em outros relatos, um olhar com relação ao casamento e às finanças, no qual as idosas revelaram que seus companheiros não contribuíam financeiramente, gerando situações de estresse familiar.

Eu fui pai e mãe. Meu marido quase que não contribuía com nada (E1).

Tinha problemas, bastante financeiros, quando eu estava casada. [...] quem sustentava, quem mantinha a casa era eu. [...] Por incrível que pareça, depois que me divorciei a minha vida financeira melhorou muito mais (E10).

O estudo de Almeida (2019) mostrou que a situação financeira pode interferir significativamente nos casamentos. As questões relativas ao dinheiro podem ser facilitadoras para aproximação e união entre duas pessoas, ajudando a melhorar as condições de vida, ao mesmo tempo que situações como desemprego, escolhas financeiras prejudiciais ou outros podem corroborar tensões e desafetos.

4.2. Como se desenvolvem processos de endividamento

Ao ouvir as participantes da pesquisa, foi possível perceber que não há razão unívoca para o desenvolvimento de seus processos de endividamento. Dentre os motivos apresentados se destacaram alguns que levaram as idosas a problemas financeiros e/ou endividamento, a insuficiência econômica, gastos imprevistos, adesão ao crédito consignado, o consumismo e ajuda a terceiros.

O contexto de desigualdade do Brasil acomete muitas famílias que vivem em situação de pobreza, em muitas das quais a aposentadoria dos idosos é a única fonte de renda. Conforme dados do IBGE (2020), em 20,6% dos 71 milhões de domicílios, mais da metade da renda provém de aposentadorias e pensões dos idosos. Aguiar, Menezes e Camargo (2018, p. 297) referem que problemas financeiros “potencializam as chances de familiares residirem com idosos. Em alguns momentos, esses se tornam fonte de ajuda econômica, ou, até mesmo, arrimo de família, [...] compartilhando sua renda com aqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho”.

A dificuldade financeira dos idosos pode ser agravada com o advento de alguma crise, provocando o aumento dos preços de produtos básicos, aumentando os problemas financeiros. Soma-se a esse cenário a necessidade de sustento dos filhos, que traz mais um obstáculo ao equilíbrio do orçamento. Podemos observar que esse desequilíbrio entre os ganhos das idosas e as suas despesas pode levá-las ao endividamento.

[...] a situação tá precária né. A coisa tá feia porque como eu disse muito aumento de energia, de gás, de combustível. Tudo, gente! Não é até o alimento, o alimento até dá pra ti comprar, mas tem certas coisas que não tem mais condição de comprar (E4).

Sempre tive que trabalhar pra ajudar a sustentar meus filhos, que só um não dá conta (E2).

Para analisarmos essas condições adversas, é importante refletir acerca da conjuntura na qual vivemos, marcada por disparidades sociais e dificuldades financeiras. De acordo com Neto (2019), do ponto de vista histórico é possível observar no Brasil uma redução da desigualdade social, especialmente a partir da criação da Constituição Federal em 1988. Entretanto, para o autor, o país segue com injustiças sociais importantes, chamando a atenção para a responsabilidade do Estado quanto a diversos problemas que contribuem para o acirramento das desigualdades.

Os dados da PNAD contínua do primeiro trimestre de 2020 (IBGE, 2020) apontam um dos principais problemas sociais do país: dos 105 milhões de trabalhadores, 12,8 milhões estão desempregados, e outros 37 milhões estão vulneráveis em função do trabalho informal. Nessas condições, para a maioria das famílias, pode ser um desafio equilibrar o orçamento.

[...] infelizmente não temos tido aumento de salário, sempre igual... (E3).

[...] inverno aqui sabe, aqui no inverno a gente quase passa fome. No verão a gente tem mais movimento, mais expectativa de vida (E4).

Se por um lado emergiu no discurso das participantes a incapacidade de consumir itens básicos para a sobrevivência como uma razão para o endividamento, por outro também foi possível evidenciar atitudes de consumismo como uma possível causa para a emergência de dívidas. Assim, não se trata da ordem de necessidades de subsistência, mas do atendimento à cultura do consumo exacerbado, cuja finalidade de satisfação está no próprio ato de consumir. De acordo com Bauman (2008), o consumismo vincula a felicidade à dimensão e força dos desejos que sempre se ampliam, o que provoca a utilização seguida rapidamente pela troca do produto designado a gerar tal satisfação.

Fui muito consumista, muito mesmo, ainda sou, acho que esse é o problema pras dívidas (E1).

Ah cada vez que eu preciso, vou ali pego o crédito minuto e divido em 3, 4 vezes quando vi já acabou. Mas sempre é pouquinho [...] poucas prestações. Sempre pra viagem, se eu não tenho dinheiro pra levar pra viagem eu pego crédito minuto e depois eu vou pagando (E10).

Copetti (2018) mostrou em seu estudo que em geral os sujeitos planejam as despesas com bens duráveis, mas a compra de itens pessoais mais imediatos é feita por impulso, o que pode contribuir para a ocorrência do endividamento, mesmo entre pessoas esclarecidas quanto a questões de gerenciamento financeiro. Para o autor, a cultura consumista e a facilidade do crédito impulsionam diariamente as pessoas a comprar itens desnecessários, sem que percebam que as prestações ou dívidas poderão comprometer os seus rendimentos.

Para Santos e Ferreira (2019), muitos idosos demonstram não ter a percepção de que se encontram em uma situação de endividamento, mesmo com o comprometimento de boa parte da sua renda. A ilusão do dinheiro fácil e rápido faz com que esses sujeitos iniciem um ciclo de dívidas pela contratação de mais de um crédito ao mesmo tempo. No estudo de Vasconcelos (2016), sobre a percepção de idosos sobre as suas finanças, ficou evidente a falta de clareza sobre a condição de endividamento, apesar de 29% mencionarem contas atrasadas, e mais de a metade ter manifestado a existência de dívidas, apenas 15,4% dos participantes afirmaram estar endividados.

De acordo com Bomilcar (2010), o endividamento não é um problema apenas de ordem individual, mas trata-se de uma questão social e está vinculado, entre outras questões, à falta de planejamento e ao consumo exacerbado e imediatista. Para o autor, se não há um bom planejamento, os indivíduos estão sujeitos a qualquer evento inesperado que demande recursos extras, como casamento, nascimento de filhos, divórcio, viuvez, entre outros.

Nesse sentido, em uma situação na qual já é difícil quitar as contas do mês com o salário que se ganha, um evento inesperado pode abrir as portas para o endividamento, o que observamos nas falas das entrevistadas que seguem.

A remoção pra cá, o enterro. Essas dívidas aí foi o que me levou a... ele tava lá já, aí aconteceu que deu, estourou um aneurisma e ele morreu lá. Aí aquele transporte de lá pra cá, sabe, isso dá gasto. Aí eu sei que fiquei negativa no cheque especial [...] (E6).

Tive que fazer exames médicos que são muito caros, então foi ficando muito difícil a situação de dinheiro, por causa dessas coisas da saúde (E1).

De acordo com Santos e Silva (2014), na realidade da maior parte dos indivíduos inexiste uma reserva para emergências. Desse modo, quando imprevistos acontecem, uma das alternativas para os idosos é o empréstimo financeiro, o que pode resolver o problema em um primeiro momento, mas piorar a situação a longo prazo.

Para Leão et al. (2016), mesmo as pessoas que possuem um emprego estável podem se desequilibrar financeiramente, pois ao contratar um empréstimo consignado, somam-se as despesas fixas necessárias à parcela do crédito, podendo gerar a incompatibilidade entre os ganhos e as despesas. Segundo o autor, o crédito consignado é o líder no ranking dos motivos que levam as famílias à desorganização financeira, impactando sobremaneira o bem-estar psíquico, pessoal e social dos sujeitos. Nesse sentido, podemos pensar que a situação dos idosos é agravada, já que em geral recebem um valor

de aposentadoria baixo, apresentam maior necessidade de tratamentos de saúde, são assediados constantemente por propagandas de bens e serviços, além de comporem famílias em que os mais jovens enfrentam dificuldades de acesso a emprego e à renda, impulsionando a adesão ao crédito consignado.

Entre as participantes do presente estudo, o crédito consignado surgiu como um importante motivo para o início do processo de endividamento. Percebemos que características como a facilidade de acesso ao dinheiro e os juros mais atrativos se tornam uma tentação forte diante das necessidades consideradas emergenciais pelas entrevistadas.

Ah é que o computador que queimou, o meu, aí eu precisei comprar outro e então como tinha os consignados, eu fiz, que é mais fácil, foi pra isso (E1).

Precisei de um dinheiro extra e fui lá e fiz. Fiz um, aí gostei, depois fiz outro. Aí tinha aquele dinheiro rápido, é coisa boa. (E5).

Eu quitei as dívidas passadas, só que depois começou de novo, aquela que eu tinha no banco eu pensei bom tá no banco eu não vou mexer, essa do consignado né. Esse consignado é que tá me... é uma bola de neve né. [...] um crédito consignado, mas é esse mesmo que eu venho renegociando há um tempo e tal (E3).

De acordo com Lopes (2012), o ambiente em que vivemos é imediatista, sendo o prazer do consumo e a busca pela felicidade superiores ao valor da responsabilidade. Nesse contexto, o empréstimo emerge como uma solução fácil e rápida, fragilizando as possibilidades de escolha dos indivíduos, pois além de terem de suprir suas necessidades básicas, são constantemente influenciados a comprar bens ou serviços da indústria de supérfluos. O perigo reside nas decisões financeiras que são tomadas irrefletidamente, com base apenas no benefício imediato, podendo trazer resultados negativos no futuro (ROOK; FISHER, 1995; BONOMO; MAINARDES; LAURETT, 2017).

Doll e Cavallazzi (2016) chamam a atenção para o fato de que o crédito consignado é um negócio muito lucrativo para os bancos que oferecem essa modalidade, o que explica o agir vigoroso do marketing em torno desse produto financeiro. A segurança dos bancos é alta, pois recebem as prestações diretamente do INSS. Costa, Vieira e Neto (2018) alertam que o endividamento das famílias se mostra vinculado especialmente à facilidade de acesso ao crédito, que incentiva a compra a prazo e o imediatismo do consumidor.

Identificou-se outro elemento potencial para o desencadeamento de dívidas, neste estudo que é o auxílio a terceiros, indicado por uma entrevistada. Se o contexto de desigualdade do Brasil prejudica os idosos, ele é válido também para as famílias mais pobres. Isso gera mecanismos de solidariedade entre pessoas próximas, prática que foi mais comum na cultura do período em que as idosas eram jovens.

Precisava ajudar um irmão, diziam ‘não... tu tem cheque, tu ajuda, depois a gente...’ mas o retorno não veio [...] então hoje quando a família infelizmente precisa... eles recorrem a mim né (E3).

Minha juventude foi sempre ajudando alguém, ou seja, eu recebia e dava pra minha mãe. [...] eu me criei assim nessa base de segurar dinheiro e emprestar, porque ela tava sempre ajudando um e outro. Eu me viciiei ajudando os outros (E3).

Doll e Cavallazzi (2016) verificaram em pesquisa que o principal motivo para a contratação de um empréstimo consignado é para ajudar algum familiar, 37,7% dos idosos declararam ter feito pelo menos um empréstimo com essa finalidade. A facilidade de contratação do crédito consignado com juros mais baixos cria as condições nas quais os idosos e familiares sentem-se tentados a efetivar uma contratação no nome da pessoa idosa, em benefício de um terceiro, que em geral promete o pagamento da dívida. Todavia, sabemos que as relações familiares são complexas, estando presentes elementos de solidariedade e de violência ao mesmo tempo, e muitas vezes o pagamento aos idosos pelos familiares não acontece.

4.3. Como as idosas gerenciam as finanças

Nesta categoria foi verificado que a falta de controle financeiro, a ajuda de terceiros e o parcelamento como forma de pagamento moldam a forma como as idosas se organizam financeiramente.

Inicialmente, notou-se a falta de controle financeiro na gestão das finanças, refletida em ações imediatas, como a realização de compras sem uma avaliação, a falta de planejamento de médio e longo prazo para o recurso financeiro, e o uso do cartão de crédito com o pagamento do valor mínimo. Foi possível perceber também o uso do dinheiro sem planejamento em um movimento cíclico, e o desconhecimento sobre a situação financeira pessoal emergiu novamente nos dados.

Eu fiquei meio... como é que eu vou dizer... hum, assim, meio desorientada. Fui comprando, não, não, não tinha um, como é que vou dizer... Um controle. Daí eu me endividei né (E7).

Eu tenho uma casinha, daí a gente aluga. Tu compras, daí tu faz umas dívidas, comprando alguma coisa contando com o aluguel de verão, daí não dá um verão bom que nem antigamente. [...] a gente acabava entrando o inverno novamente devendo, com dívida que teria feito antes e por isso a gente ficava... entrava o inverno devendo muito (E8).

Observa-se na fala anterior que o fenômeno do endividamento não depende unicamente das condições financeiras, mas também da forma como os recursos são administrados, independentemente da quantidade de posses. Mesmo a participante que possui uma casa na praia, que pode ser um indicativo de uma condição financeira mais favorável, foi acometida por dívidas, por não ter a prática de controlar as suas finanças de acordo com a sua realidade.

A compra por impulso, relatada pelas participantes, é definida por Rook e Fisher (1995, p. 306), como “a tendência do consumidor a comprar espontaneamente, sem reflexão, de forma imediata”. Portanto, o que caracteriza essa compra é justamente a velocidade com que um sujeito decide adquirir algo, sendo que essa decisão não é acompanhada ou precedida de análise sobre as suas causas ou consequências. Assim, esse processo decisório tem um baixo controle cognitivo e avaliativo de longo prazo, colocando o futuro do sujeito em risco (ROOK; FISHER, 1995), e aumentando as chances de endividamento (BONOMO; MAINARDES; LAURETT, 2017).

Frente a esses desafios que se fazem presentes para o gerenciamento das próprias finanças, foi possível identificar que as idosas usam algumas estratégias para lidar com o dinheiro, sendo que uma delas é contar com a ajuda de terceiros. Nas falas a seguir E9 revela a necessidade de ajuda dos filhos para gerenciar as contas bancárias, assim como E3 refere que necessitou de ajuda para planejar o pagamento de suas dívidas, tamanha é a vulnerabilidade dessas idosas frente à oferta dos bancos.

‘Ele: mãe eu vou fazer uma conta conjunta contigo’, e ele fez a conta conjunta comigo. Então ele controla, sabe? [...] estou vivendo como eu posso (risos). Agora assim ó, por exemplo, eu não posso ir lá fazer um empréstimo. Se eu quero, eu vou lá, só que o meu filho tem que assinar, né (E9).

O que que a minha filha fez agora em janeiro. Ela pegou tudo meus cartões de crédito. Ela negociou, ela com as empresas. Ela pagou 16 mil, tá, entre os quatro cartões, cancelou meus cartões (E9).

Foi meu cunhado que, quando me divorciei ele que me ajudou. Fez uma composição das minhas dívidas (E3).

É necessário considerar que a possibilidade de contar com terceiros pode ser benéfica. Uma das idosas teve o apoio da filha para a quitação da dívida e cancelamento de cartões de crédito. Esse auxílio pareceu providencial para a saída de um ciclo de dívidas, e também para minimizar abusos futuros por parte do banco. Sob outro olhar, fica evidente, mais uma vez, a vulnerabilidade das pessoas idosas, pois se caracteriza uma relação de dependência de terceiros para o gerenciamento das finanças.

É necessária a ponderação quanto à questão que envolve a família do idoso e suas finanças, tendo em vista que há risco de abusos financeiros dentro do próprio núcleo familiar, pois se sabe que boa parte

dos idosos não contrata empréstimos para si mesmo, mas para familiares (DOLL; CAVALLAZZI, 2016). Nesse sentido, o estudo de Santos (2019) também alerta para tal ameaça, caracterizou idosos vítimas de violência em Belém do Pará e verificou um predomínio de violência financeira perpetrada na maioria das vezes pelos próprios filhos dos idosos, observando especialmente a retenção de salário ou de bens.

Percebeu-se ainda duas práticas usadas para lidar com o dinheiro de que as idosas dispõem, as quais podem apontar a carência de entendimento sobre o gerenciamento financeiro, e ao mesmo tempo representam indício para o acúmulo de dívidas, conforme as falas que seguem:

Tive que cortar gastos sim, aí o que eu faço é atrasar pagamentos, daí paga juros aí fica um pouco mais difícil, mas assim vai (E3).

Faz sete ano meu marido morreu, aí eu comecei a viajar muito. Vou parcelando, parcelando, parcelando, parcelando, que eu devo muito também (E8).

No primeiro caso, a participante menciona o corte de gastos que fez como uma estratégia para reduzir custos, contudo esse corte foi feito mediante o atraso de pagamentos, gerando juros e retardando uma dívida que ficaria maior. Na outra fala, a participante discorre sobre a estratégia de parcelamento, sem demonstrar clareza sobre os impactos de um ciclo repetitivo do adiamento de dívidas.

Pontua-se que a forma como as idosas gerenciam seu dinheiro também decorre de um contexto capitalista, que influencia e impõe comportamentos e formas de vida. O atraso de pagamentos ou a compra parcelada podem ser vistos como resultantes da falta de conhecimentos específicos sobre finanças, mas também como estratégia diante da falta de recursos financeiros e como reflexo do apelo ao consumo da sociedade capitalista. Conforme Ribeiro e Lara (2016, p. 356), a manipulação que o capitalismo exerce sobre os sujeitos pode ser vista pelo hábito da “propaganda que modela os estilos de vida dos indivíduos de acordo com a mercadoria consumida”. De acordo com Buaes (2015), inúmeros brasileiros se endividam com a finalidade de consumir mais, interpelados pela cultura que associa o consumo à sensação de pertencimento social.

5. Conclusão

O presente trabalho analisou como idosas do Rio Grande do Sul, com problemas financeiros, lidam com as suas finanças. A partir dos resultados foi possível compreender qual o modo de aprendizado financeiro vivido pelas idosas, a forma como se desencadeiam os processos de endividamento e a maneira que as mesmas gerenciam as suas finanças.

No que diz respeito à forma como as idosas aprenderam a lidar com o dinheiro, chamou a atenção o distanciamento das participantes com a temática das finanças. Observou-se que vivenciaram uma juventude marcada pela ausência de oportunidades para lidar e aprender sobre dinheiro. A cultura patriarcal e machista acentuou a situação, pois nela o lugar da mulher está restrito às atividades do lar, não cabendo seu envolvimento com questões financeiras.

As idosas aprenderam a lidar com o dinheiro a partir de vivências cotidianas. O trabalho e o casamento mostraram-se como duas experiências importantes para essa relação com as finanças. Por meio do trabalho e da composição de rendas com o cônjuge foi possível para algumas das idosas o contato e administração dos próprios recursos. Identificamos ainda que escolhas, por elas consideradas como erros cometidos na vida, foram dispositivos importantes para a aprendizagem.

Compreende-se que o endividamento é processual e advém de múltiplas razões, influenciadas especialmente pelo contexto social e econômico no qual as idosas viveram e ainda vivem. O crédito consignado emergiu como parte dos processos de endividamento, oferecendo dinheiro rápido e fácil para as idosas, sendo um negócio altamente lucrativo para os bancos.

Diante disso, o endividamento das idosas revelou-se no presente estudo como resultado de uma realidade complexa que não proporciona uma relação saudável com as finanças. Em geral, os sujeitos são culpabilizados por não realizar um planejamento financeiro ou pela impulsividade e inconsequência na prática de compras consideradas desnecessárias. Todavia, assinala-se que outros elementos conformam processos de endividamento, a desigualdade social, a dificuldade do acesso ao emprego, à renda e à educação, um sistema que incentiva o consumo em demasia, falta de acesso aos conhecimentos necessários para lidar com as finanças.

Foi possível entender que as idosas não realizam um controle das suas finanças de forma organizada e sistematizada. A compra por impulso faz parte dos hábitos de consumo, em situações nas quais valorizam os benefícios imediatos de consumir, sem a reflexão acerca das consequências futuras.

Torna-se fundamental que o Estado estabeleça políticas públicas que criem as condições necessárias para que as pessoas idosas desenvolvam uma relação mais saudável com as suas finanças, estando mais protegidas dos processos de endividamento. Portanto, além da regulação e fiscalização das relações de consumo, são necessárias políticas que minimizem as desigualdades sociais, que ampliem o acesso a uma educação crítica e de qualidade e que façam a redistribuição de renda.

Parte das idosas entrevistadas, mesmo apresentando mais tempo de estudo formal, acabou desenvolvendo problemas financeiros. Nesse sentido, é razoável supor que não basta o acesso à educação formal. Cabe indagar algo que precede a própria educação financeira: a qual tipo de educação tiveram acesso? É necessário que a educação tenha como base uma perspectiva crítica, politizada, que prepare para a vida e seus problemas reais, podendo a educação financeira também fazer parte desse processo. É necessário ponderar que a educação financeira deve constituir-se como prática inclusiva, não apenas como meio de ensinar os idosos a gastar menos ou controlar o seu orçamento, mas servindo como meio de promoção da cidadania, oportunizando aos sujeitos ampliação da capacidade de leitura crítica das relações de consumo e do contexto em que ocorrem.

A relação com as finanças é afetada pelas histórias de vida, aspectos emocionais, contexto social e econômico, nível de educação formal, possibilidades de aprendizagem, etc. Dessa forma, para propor ações de educação financeira é necessário considerar a trama complexa que envolve o universo de cada sujeito e o coletivo do qual faz parte.

Como possíveis limitações deste estudo, considerou-se o perfil de escolaridade e rendimento maiores que a média de sua faixa etária, além de serem todas participantes de grupos de convivência. Sugerimos a realização de pesquisas que possam investigar a perspectiva de idosos com problemas financeiros em outros contextos, especialmente das camadas mais populares.

Espera-se que este trabalho contribua para o avanço dos estudos sobre o envelhecimento e consumo, e forneça elementos por meio dos quais seja possível pensar em uma sociedade mais justa, na qual exista a oportunidade de pensar criticamente sobre a realidade em que estamos inseridos, podendo conhecer e exercer outras formas de vida e consumo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR; MENEZES; CAMARGO. Arranjos familiares com pessoas idosas: fatores contributivos. *AvEnferm*, v.36, n.3, 292-301, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v36n3/0121-4500-aven-36-03-292.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2020.

ALMEIDA, Thiago de. **A situação financeira e seus efeitos sobre a dinâmica afetiva dos casais**, 2019. Disponível em: <<https://santarita.br/wp-content/uploads/2019/05/revistasrita-27.pdf#page=57>>.

ANTUNES, C. Acerca da indissociabilidade entre as categorias trabalho e educação. **Motrivivência**, ano XXII, n. 35, p. 41-61, dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2010v22n35p41/18083>>. Acesso em: 1 set. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 1977, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOMILCAR, Inaê. **O equilíbrio através da educação financeira**. Monografia (Especialização em Finanças e Gestão Corporativa). Universidade Cândido Mendes, 2010. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/b001847.pdf>. Acesso em 10 ago. 2020.

BONOMO, B; MAINARDES, E. W; LAURETT, R. **Compra não planejada e endividamento pessoal: uma análise de relação**. RAD, v.19, n.3, set./out./nov./dez, 2017, p. 49-69. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/32758/23545>>. Acesso em: 1 set. 2020.

BORTOLUZZI, Daiane A. et al. **Aspectos do endividamento das Famílias brasileiras no período de 2011-2014**. Perspectiva, Erechim. v. 39, n.146, p. 111-123, jun./2015. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2018.

BOTH, Tatiana; CARLOS, Sérgio Antônio. **Jubilamento: o interdito de uma vida de trabalho e suas repercussões na velhice**. Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 30-42, jan./jun. 2005.

BUAES, Caroline S. **Educação financeira com idosos em um contexto popular**. Educ. Real, Porto Alegre, v. 40, n.1, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100105&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#B10>. Acesso em: 25 jan. 2018.

CAMARANO, Ana A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. In: FREITAS, E. V. et al. (eds). Tratado de geriatria e gerontologia. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

CHIEN, Yi-Wen; DEVANEY, Sharon A. **The effects of credit attitude and socioeconomic factors on credit card and installment debt**. Journal of Consumer Affairs, v. 35, n. 1, p. 162-179, 2001. Disponível em: <<http://ntur.lib.ntu.edu.tw/bitstream/246246/83637/1/3.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL). **Mesmo aposentados, 21% dos idosos continuam trabalhando, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://site.cndl.org.br/mesmo-aposentados-21-dos-idosos-continuam-trabalhando-revela-pesquisa-cndlspc-brasil/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

COPETTI, Daiane Maria Sassi. **O endividamento das famílias brasileiras: comportamentos, desafios e possibilidades de uma gestão financeira equilibrada**, 2018. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5515>. Acesso em: 1 set. 2020.

COSTA, Theógenes Bruno Gomes; VIEIRA, Allan Sarmiento; DE SÁ NETO, José Abrantes. **Análise comparativa de endividamento financeiro: um estudo de caso entre instituições pública e privada na cidade de cajazeiras-pb**. Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep, v. 5, n. 1, p. 58-76, 2018.

DINIZ, Anna P. C. et al. **Influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no bem-estar financeiro**: um estudo do comportamento maranhense. Revista Uniabeu, v. 7, n. 17, p. 218-234, 2014.

DOLL, Johannes. **Elderly consumer weakness in 'withholding credit'**. In: NIEMI J.; RAMSAY I.; WHITFORD W. C. (Org.). Consumer credit, debt and bankruptcy. Comparative and International Perspectives. Oxford and Portland: Hart Publishing, 2009. p. 289-306.

DOLL, Johannes; BUAES, Caroline S. **A inserção mercadológica de novos consumidores**: os velhos entram em cena. In: IV Encontro Nacional de Estudos do Consumo, 2008. Rio de Janeiro. IV Enecon Novos Rumos da Sociedade de Consumo?. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 1-18.

DOLL, Johannes; CAVALLAZZI, Rosangela L. **Crédito consignado e o superendividamento dos idosos**. Revista de Direito do Consumidor (RDC), v. 107, set.- out. 2016. Atualização do CDC. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDCons_n.107.11.PDF>. Acesso em: 29 abr. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeções e estimativas da população do Brasil e Unidades da Federação, 2020**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE. 2015. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/files/images/2015/12/04-12-2015-02-58-43-pesquisa-ibge.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE. 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (PNAD CONTÍNUA 2018), 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/00e02a8bb67cdec4fb22601ed264c00.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.

JARVIS, Peter. **Adult Learning in the Social Context**. London: CroomHelm, 1987.

JARVIS, Peter. **Aprendizagem humana**: implícita e explícita. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 809-825, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v40n3/pt_2175-6236-edreal-40-03-00809.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

JARVIS, Peter. **Learning to be a Person in Society**. London: Routledge, 2009.

LEÃO, Ana Paula Camboim; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa; MARTINS, Marcelo Machado. **Empréstimos consignados e endividamento familiar**: estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Pernambuco. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 27, n. 2, p. 152-174, 2016.

LOPES, Geovane de Oliveira. **Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional**: o impacto de indicadores macroeconômicos, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.unb.br/handle/10482/11133>>. Acesso em 2 jul. 2020.

LOPES, Paloma de L. et al. **Levantamento do perfil dos idosos aposentados e pensionistas usuários de empréstimo consignado do município de Barra do Pirai/RJ**. XI Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Tema: Gestão do conhecimento para a sociedade, 2014. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/22920308.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

MACHADO, T. R. B; MACHADO, M. E. R. **Finanças pessoais no casamento**: um estudo com os acadêmicos da Unipampa Sant'Ana do Livramento. 2017. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/2103>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

MARQUES, Claudia L.; CAVALAZZI, Rosangela L. (Orgs.). **Direitos do Consumidor endividado**. Superendividamento e crédito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MEDEIROS, Soraya M. de et al. **Endividamento financeiro na terceira idade no Brasil**. Anais CIEH, v. 2, n.1, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV040_MD2_SA14_ID1972_08092015224328.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MINAYO, Maria. C. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTTA, Alda Britto da. **Violência financeira e desamparo dos mais idosos**. CONINTER 3 (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades). Salvado, UCSal, 8 a 10 de outubro de 2014, n.3, v. 2, p. 89-102. Disponível em: <<http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2010/07.%20MOTTA.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

NETO, Arminio Fraga. **Estado, desigualdade e crescimento no Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002019000300613&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PAULA, Jeanine B. de.; GRAEFF, Lucas. **O superendividamento na terceira idade**: um estudo de caso. Estud. interdiscipl. envelhec., Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 569-582, 2014.

PERISTA, H.; PERISTA, P. **Gênero e envelhecimento, planejar o futuro começa agora – Estudo de diagnóstico**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)/Presidência do Conselho de Ministros (PCM), 2012. Disponível em: <http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/estudo_Genero-Envelhecimento.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.1996. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/rdhs-brasil/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014.html>>. Acesso em: 1 set. 2020.

REYMÃO, Ana E. N.; OLIVEIRA, Felipe G. de. **Inclusão financeira e vulnerabilidade do consumidor de crédito habitacional**: uma análise jurídico-econômica do mercado brasileiro. Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo. Maranhão, v. 3, n. 2, p. 1 - 21, jul./dez. 2017.

RIBEIRO; LARA. **O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0340.pdf>. Acesso em: 20 ago 2020.

ROOK; FISHER. **Normative Influences on Impulsive Buying Behavior**, 1995. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/24098925_Normative_Influences_on_Impulsive_Buying_Behavior>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. **Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar**: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. Revista Formadores, v. 7, n. 1, p. 5-17, 2014.

SANTOS, Rafaela Aires Tavares. **O impacto da educação financeira sobre a vulnerabilidade econômica em idosos de baixa renda**. Uma avaliação do programa “eu e minha aposentadoria – organizando a vida financeira”, 2019.

SANTOS; FERREIRA. **Endividamento e crédito consignado**: o perfil do idoso Uberlandense, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27468/3/Endividamento_CreditoConsignado.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

SOUZA, Bruna O. de; MORETTO, Cleide F. **Entre a razão e a emoção**: a tomada de crédito consignado pelos idosos. RBCEH, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 75-88, jan./abr. 2014.

SUMARWAN, U. **A Managerial System Approach To Factors Influencing Satisfaction With Households' Financial Status**. 123 f. Thesis (Master of Science), Iowa State University, Ames, Iowa, 1990.

TEMÓTEO, Antônio. **De cada 10 beneficiários do INSS, ao menos seis devem no consignado. Economia**. Correio Braziliense, 6 mar. 2017. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/03/06/internas_economia,578373/por-que-59-dos-aposentados-devem-no-consignado.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2018.

VASCONCELOS, Adriana M. de. **Utilização de crédito pelos idosos participantes do programa municipal de terceira idade de Viçosa – MG**. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/8397/texto%20completo.pdf?sequence=1>>. Acesso em 3 jan. 2018.

VENTURI, Gustavo; ALBA, Deise de; ROSAS, Wagner (Coord.). **Idosos no Brasil II - Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade**. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Pesquisa-Idosos-II-Completa.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Recebido em: 15 de maio de 2021

Aceito em: 14 de julho de 2021

Endereço para correspondência:
Natália Viega de Souza Schmitz
nati.viega@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)